

Despacho (extracto) n.º 9596/2007

Por despacho do subdirector-geral de 12 de Abril de 2007, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.º série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Foi autorizada a Florinda Ferreira Gomes Martins, escrivã-adjunta do 1.º Juízo do Tribunal de Família e Menores do Porto a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Santo Tirso.

Foi autorizada a Rosa Dulce Soares Azevedo, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca de Santo Tirso a permuta para idêntico lugar do 1.º Juízo do Tribunal de Família e Menores do Porto.

Aceitação — dois dias.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado**Despacho (extracto) n.º 9597/2007**

Por despacho do director-geral de 20 de Abril de 2007, Roberto Manuel Miranda da Silveira, escriturário da Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo, foi nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 9598/2007

Por despacho do director-geral de 20 de Abril de 2007, foi João Carlos Morales Almeida Santana, escriturário, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado a regressar ao serviço, ocupando um lugar de escriturário (3.º escalão, índice 175) da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Aljezur. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 645/2007

Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 20 de Abril de 2007, rectifica-se que onde se lê «Por despacho de 26 de Março de 2007 do director-geral [...] Licenciada Ana Estela Chagas Marques Leandro Amaral da Silva, conservadora do Registo Civil de Silves, foi nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Civil de Sesimbra.» deve ler-se «Por despacho de 26 de Março de 2007 do director-geral [...] Mestre em Direito Ana Estela Chagas Marques Leandro Amaral da Silva, conservadora do Registo Civil de Silves, foi nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Civil de Sesimbra.» (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária**Despacho (extracto) n.º 9599/2007**

Por despachos de 16 de Março de 2007 da directora-geral da Administração Pública e de 22 de Março de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária e nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 9753/2006, do Ministro da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, foi aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de especialista, área de informática, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, constante do anexo àquele despacho e do qual faz parte integrante.

24 de Abril de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de especialista, área de informática, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

1 — Utilização da informática na sociedade e nas organizações. Principais características do produto informático.

2 — Noções de *hardware* e de *software*, unidades de um computador, sistemas de exploração e linguagens de programação, técnicas e metodologias de programação.

3 — Tecnologias *web*.

4 — Planeamento de sistemas de informática e gestão de projectos de informática.

5 — Análise e desenvolvimento de sistemas; ferramentas e métodos de desenvolvimento e documentação.

6 — Sistemas de gestão de base de dados.

7 — Infra-estruturas tecnológicas, telecomunicações e redes;

8 — Segurança e privacidade da informação.

A pormenorização e delimitação dos temas e matérias constarão dos respectivos avisos de abertura do concurso.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento**Despacho (extracto) n.º 9600/2007**

Por meu despacho, de 24 de Abril de 2007, foi a licenciada Sara Mafalda de Anjos Rodrigues nomeada, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação**Despacho (extracto) n.º 9601/2007**

Por despachos de 28 de Março e de 18 de Abril de 2007, respectivamente do director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação e da vice-presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., foi Anabela Carrolo Duarte, técnica de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., transferida, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação, a partir de 1 de Maio de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — O Director, *Miguel Romão*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**Direcção Regional da Economia do Norte****Édito n.º 232/2007**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Secretaria do município de Castelo de Paiva e na Direcção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., área de rede Ave/Sousa-Guimarães, para o estabelecimento da LN mista a 15 KV, SE Fornos-Sobrado, nas freguesias de Fornos e Sobrado, concelho de Castelo de Paiva, a que se refere o processo EPU/31203.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na Direcção Regional da Economia do Norte ou na secretaria daquele município, dentro do citado prazo.

17 de Maio de 2007. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

2611015147